



Reunião ORDINÁRIA de 07 | 01 | 2013

Minuta da Acta n.º 01/2013

Presidência CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS GARREIRAS

Vereadores ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES

MIGUEL PINTO LUZ

ANA CLARA DE SOUSA JUSTINO

PEDRO ARANTES LOPES MENDONÇA

ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA

MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA

MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO

Presentes	Faltas	
	Justif.	N Justif.
P	F	
P		
P		
P		
P		
P		
P		
P		
P		

Observações: 6.º ~~se~~ Vereador Alípio Magalhães encontra-se ausente no estrangeiro. A 5.ª Vereadora Ana Clara Justino entrou na sala às 9h43m.

Hora de Abertura 9 horas e 33 minutos

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9h33m

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA abriu o período antes da ordem do dia justificando a ausência do Sr. Vereador Alípio Magalhães que está em trabalho fora do país, não podendo estar hoje presente na reunião.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA iniciou a sua intervenção desejando a todos um bom ano de 2013 e manifestou que espera que, quanto às consequências desta crise, que haja esperança que a situação do país melhor substancialmente. Declarou que tinha três pontos: um, relativamente ao Orçamento de Estado ser aprovado pelo Presidente da República e, depois de o aprovar, vemos a contradição do pedido de fiscalização da sua constitucionalidade, sobre os três pontos que violam a Constituição da República, pelo que nunca podia ter sido promulgado um documento desta natureza pelo Presidente da República. Um orçamento que prejudica realmente os portugueses, como é reconhecido pelo pedido de fiscalização do Presidente. Demonstrou preocupação com a proposta de lei das finanças locais, aprovada recentemente pelo Governo; Pela elaboração de leis contra opiniões e pareceres de entidades e associações que se pronunciaram sobre o assunto, limitando a independência e promovendo a ingerência no poder local pelo poder central; é a reforma administrativa, depois são os condicionamentos; é a lei que condiciona os quadros e os mapas de pessoal de cada município. Demonstrou preocupação com as vozes dos Partidos do Governo que constituem a coligação, que se pronunciam contra, mas não há um único deputado que se abstenha ou que vote contra estas medidas, até mesmo aqueles que tendo desempenhado funções autárquicas, conhecendo os malefícios destas leis, as votam favoravelmente no Parlamento. Acha que isto, efetivamente, é uma contradição bastante elevada. Por fim, referiu a falência da TRATOLIXO, e questionou quais as consequências para o Município de Cascais e os restantes municípios envolvidos.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA tomou a palavra desejando a todos os colegas um excelente ano 2013, um ano autárquico que vai ser ligeiramente inferior ao ano civil mas onde, com certeza, todos farão em nove ou dez meses aquilo que seria feito em doze. Saudou os novos dirigentes que tomaram posse no âmbito do novo ROSM, saudou também aqueles que deixaram de o ser, salientando o empenho com que sempre se dedicaram a esta casa. Em especial saudou a Dr.^a Ivone Marques, nestas novas e nobres funções nas reuniões de camara, desejando também, à Dr.^a Ivone Marques e todos os dirigentes, as maiores felicidades.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA não havendo mais inscrições, começou exatamente por dar as boas vindas à Dr.^a Ivone Marques, agora a assumir novas funções, referindo que é uma revolução serena, há muitos anos que as funções eram desempenhadas pelo Dr. António Mota, desejando-lhe as boas vindas; manifestou o desejo que todos e, em especial o próprio, tenham a capacidade de continuar a colaborar com a Dr.^a Ivone Marques, do mesmo modo que colaboraram com o Dr. António Mota, de forma a fazer o seu trabalho um pouco mais simples e não a complicá-lo. Referiu que os Senhores Vereadores tinham sido informados, pelo menos os que tem funções executivas, de uma reunião às 15,30h com os novos Diretores Municipais e Diretores de Departamento, aos quais se juntam às 16h, todos os Chefes de Divisão e Chefes de Unidade, de modo a que se faça uma orientação sobre a nova estrutura, que tem obviamente algumas alterações significativas. Um relançamento, não só da consolidação da estrutura atual, mas também o relançamento dos trabalhos que faltam fazer. A saber: a implantação efetiva no terreno, também se vai iniciar um processo de reestruturação das próprias Empresas Municipais, de repensar as suas funções, e do mesmo modo, a ligação das Empresas Municipais às estruturas da Câmara. Vai ser algo que deverá estar concluído até ao final de Fevereiro, pelo menos uma parte, porque obrigará a fazer alterações a nível dos Conselhos de Administração das Empresas Municipais, no cumprimento da lei que está em vigor. Vai ser mais uma matéria de grande exigência em termos de estrutura orgânica e de funcionamento do universo municipal. Em resposta ao Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça, informou que não se costuma pronunciar sobre questões nacionais mas, sobre o Orçamento Geral do Estado merece duas referências: uma, que era uma total irresponsabilidade estarmos sem Orçamento Geral do Estado, ao contrário do que se possa pensar, e independente das críticas que se possam fazer, não ter um Orçamento Geral do Estado prejudicaria muito mais os portugueses do que o ter, portanto, o Sr. Presidente da República decidiu publicá-lo e colocar as dúvidas posteriormente. Aliás, exatamente o mesmo que já fez, ou está para fazer, o Partido Socialista porque corrobora exatamente as mesmas dúvidas que o Sr. Presidente da República teve; e o Partido Comunista, o Partido dos Verdes e o Bloco de Esquerda anunciaram que também irão pedir exatamente nessas condições. O que é espantoso, é que são exatamente as três questões que também que o Sr. Presidente da República colocou como dúvidas, ao que estes três Partidos acrescentam mais uma. Declarou que ficou surpreso, porque é exatamente aquela que reclamavam há muito tempo atrás, que era aqueles que tinham rendimentos mais elevados deviam ser aqueles que tinham uma penalização maior e, portanto, para além das três dúvidas que o Sr. Presidente da República coloca e das três

dúvidas que o partido socialista invoca, que são exatamente iguais às do Presidente da República, o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda e os Verdes vêm colocar uma, sobre a sobretaxa de solidariedade social de 3,5% nos vencimentos mais altos. Se estamos a falar de incongruências, como disse o Sr. Vereador, esta não sabe como classificar, ainda para mais, o Bloco de Esquerda é uma coligação de vários partidos, onde está a UDP, que tinha um slogan "os ricos que paguem a crise". Pelos vistos pretendem agora fazer o contrário disso. Em relação à lei das finanças locais corroborou a preocupação que o Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça aqui mencionou. Informou que ainda não tinha tido oportunidade de falar com o Sr. Vereador Alexandre Faria, mas estava a ultimar duas ações, uma que tem a ver com o acesso às informações fiscais por parte da autarquia, a outra que está a avançar os seus primeiros passos do ponto de vista processual, que tem a ver com a questão da reforma administrativa, e neste momento já foram consultados os seis Presidentes de Junta, já há anuência dos seis, para se juntarem à Câmara nessa Ação e, declarou que pretende estudar com o Sr. Vereador Alexandre Faria também um pronunciamento sobre a lei das finanças locais, mas não sobre o tema que o Sr. Vereador colocou, porque nomeadamente esta lei das finanças locais implica uma perda de receita para o Município de Cascais, que estima entre 15 a 20 milhões de euros, o que é muito significativo, e embora seja a prazo, ou seja, estamos a falar em 2014 ou 2015, mas são valores ainda elevados e portanto irá ver como é que se pode colocar a questão. Esta perda de receitas decorre de anular o IMT. Declarou que era favorável a que o IMT possa ficar exatamente como está. Quanto ao IMI defende que fique nas câmaras a possibilidade de definir qual a taxa e não anula-la por inteiro, até porque esta lei que anula o IMT parte de um pressuposto que, na sua opinião não está validado, que é que o IMI vai amentar de uma forma substancial, não sendo isso para si claro. Foi uma daquelas situações em que toda a gente começou a dizer isso, todos começaram a acreditar que isso era verdade, nas simulações que foram feitas, de facto, é verdade para uns, mas não é verdade para outros, portanto não sabe qual é o equilíbrio no fim. Quanto é que vai dar de facto de receita para o Município, acréscimo ou eventualmente um decréscimo desse mesmo IMI; não está à espera de um acréscimo de tal ordem, que compense a perda do IMT, tal como o Governo defende. Sobre a questão da ingerência, acha que vivemos mitos urbanos. Neste país, a atual Lei das Finanças Locais já permite essa ingerência, não agrava, aliás nunca foi executada. Em Portugal as leis não são aplicadas, porque, lembra-se, quando foi da questão da Câmara Municipal de Lisboa, a grande dúvida sobre se os problemas eram estruturais ou conjunturais e, o artigo 57º se não está em erro, da atual Lei, aquela que ainda está em vigor, que foi feita na altura pelo Ministro

António Costa, hoje Presidente de Câmara, e teve o azar de fazer a Lei e depois ser Presidente de Câmara, mas de facto, prevê que se o problema financeiro da autarquia for estrutural, e está lá definido o que é que é estrutural, por despacho do Ministro das Finanças, a câmara pode ser imediatamente intervencionada. Isso já está na lei. Afirmou que o que já não lhe parece correto, na própria lei, para além da questão do IMT, é a questão de termos que ser solidários e contribuir com fundos para as câmaras que estejam em falência técnica, não que lhe choque poder haver uma solidariedade, mas pensa que haveria outras formas de o fazer, nomeadamente no que concerne ao aproveitamento de fundos comunitários, ou seja, pensa que valia a pena haver uma discussão dessa natureza, se nós pudéssemos aproveitar fundos comunitários que estão a ser subsidiados, estão a ser apoiados a 85% da verba, se no caso das câmaras que estão em boa situação financeira, como é a nossa, pudessem beneficiar apenas de 70 e contribuir com 30, em que 15 daria para outros municípios que não têm essa capacidade, acha que seria bastante mais útil, do que da forma como está a lei, portanto, também há críticas à própria lei das finanças locais, mas não nessa componente da ingerência, até porque estas duas questões depois são contraditórias, porque não podemos dizer que estamos contra a questão de sermos solidários na recuperação das câmaras que possam estar falidas e depois também não exigir que os dinheiros do município de Cascais não tenham um controlo mais apertado, do que se não estivéssemos a contribuir para isso. Considera que a questão da ingerência não é para si a questão fundamental a criticar na Lei das Finanças Locais. Em relação à TRATOLIXO informou que foi iniciado um processo que, acredita, tem dois objetivos. De facto, não está neste momento na nossa mão a resolução do problema. Podemos um dia abordar essa questão em profundidade, mas este sistema foi o único que não teve qualquer tipo de apoio, nem de Fundos Comunitários, nem do Governo Central, ao contrário da Valor Sul. O que nós estamos aqui a dizer é, à banca, para não continuar a comportar-se da forma como se tem comportado que, basicamente estrangulou financeiramente, por via das vicissitudes que todos temos conhecimento, em termos nacionais. Fomos apanhados nessa corrente, a meio de um investimento, e da incapacidade da banca ter meios para continuar a financiar. Um contrato que foi feito noutra tempo, onde se previa que tudo corresse na normalidade e, como se sabe, não correu, a nível nacional. Por outro lado, também é um aviso muito sério ao Governo de que as quatro câmaras não estão em condições, e aqui temos a perspetiva do seguinte: dos dois sistemas ligados a resíduos, Cascais está muito bem a nível do saneamento e muito mal a nível dos resíduos sólidos urbanos. O Governo não pode pretender resolver a situação nacional e nomeadamente a situação regional do

saneamento, que está muito mal, com a inclusão dos ativos em que Cascais participa, neste caso a SANEST e não estar disponível para fazer exatamente o mesmo movimento quando se trata da TRATOLIXO, em que nós estamos muito mal e o sistema regional está bom, ou seja, nós até estamos na disposição de ir ao encontro daquilo que o Governo estabeleceu, mas que haja equidade no tratamento das duas situações, quer a nível de saneamento, quer a nível de resíduos sólidos urbanos. E essa é que é a grande questão de fundo, e quando os quatro Municípios assumiram aquela posição, é uma posição de alerta, porque vamos obviamente a fazer prevalecer as nossas condições, o que não é, como imaginarão os Senhores Vereadores e Vereadoras, simpático, mas é na defesa integral dos interesses do Concelho de Cascais. Obviamente, cada Presidente de Câmara no interesse dos seus Municípios e, obviamente, pondo esses interesses à frente de qualquer tipo de interesse de ordem partidária, por via do Governo ser do partido, neste caso, da maioria também da Câmara. Levarão até às últimas consequências uma situação que lhe parece perfeitamente anacrónica, que é o Governo pretender nacionalizar a participação das Câmaras na SANEST, para inclui-las na SIMTEJO, porque a SIMTEJO, essa sim, está com grandes problemas e a SANEST está bem de saúde; e depois não querer fazer o mesmo, quando estamos a falar entre TRATOLIXO e VALORSUL. Há solidariedade absoluta dos cinco Presidentes de Câmara, porque para além dos quatro da TRATOLIXO, que é Cascais, Oeiras, Sintra e Mafra, Mafra não participa na SANEST e participa a Amadora; aqui, neste caso, são cinco Presidentes de Câmara que estão perfeitamente sintonizados nesta ação, razão pela qual também pensa, que é nesta Reunião que vem um ponto sobre a questão dos resíduos, porque depois, além disso, há os interesses particulares de cada Câmara, e acha que Cascais tem que salvaguardar, sendo solidário com todos os outros Municípios, tem ainda especificações próprias, que tem que as salvaguardar, nomeadamente pelo facto de ter tido a lixeira numa primeira fase e depois o aterro, numa segunda fase, aqui no Concelho de Cascais durante anos, tendo que salvaguardar essas circunstâncias. Fazendo referência à intervenção do Sr. Vereador Alexandre Faria, está certo que este ano, com todas as exigências que são colocadas a nível do Poder Central, sinceramente acha que todos, independentemente dos Partidos que cada um representa, estarão aqui ainda nestes 10 meses, e que neste Mandato ainda têm a comemorar grandes vitórias para Cascais, e acha que com o empenho de todos, no posicionamento que for, de maioria ou de oposição, mas certamente todos colocarão sempre os interesses do Concelho à frente dos interesses de ordem partidária e valerá a pena ler um artigo de Sua Santidade, O Papa, no Financial Times, sobre esta matéria, que é bastante interessante. Acha que é um artigo que tem interesse em ser lido, e que tem muito

a ver com qual é o interesse público e o interesse da comunidade à frente das ideologias e das religiões. Teremos aqui essa perspetiva humanista de Sua Santidade que é sempre um bom farol, pelo menos para aqueles que acreditam, e nesse sentido, que estes 10 meses serão certamente de boas realizações para o Concelho de Cascais.

O Período Antes da Ordem do Dia terminou às 9h53m

-PONTOS PRÉVIOS

1. PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E O MUNICÍPIO DE MAPUTO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 5/2013.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do art.º 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade

2. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL E AUTARQUICA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 4/2012.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do art.º 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

1. APROVAÇÃO DA ATA 25/2012 DE 3 DEZEMBRO.

Aprovada por unanimidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS ATAS 26 E 27/2012, DE 12 DEZEMBRO E 17 DEZEMBRO RESPECTIVAMENTE.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

BALANCETE:

3. BALANCETES

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

4. DESPACHOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DIREÇÃO MUNICIPAL DAS ÁREAS DE SUPORTE:

5. PERMUTA DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO COM A SCMC - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS.

Aprovado por maioria, com um voto contra da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

6. PERMUTA DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO COM A MALOPE.

Aprovado por maioria, com um voto contra da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

PLANO E ORÇAMENTO:

7. ADITAMENTO DE ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO 27/01/2012 ENTRE O MUNICIPIO DE CASCAIS E A SANEST, S.A. SOBRE A CONSTRUÇÃO DA DESIGNADA VIA DAS PATINHAS.

Aprovado por unanimidade.

8. APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 8.000.000,00 EUROS.

Aprovado por maioria, com uma abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

9. 1ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013-2016 E 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2013.

Aprovado por maioria, com duas abstenções, da Srª. Vereadora Maria Teresa Gago do PS e do Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça da CDU.

GESTÃO PATRIMONIAL:

10. DOAÇÃO DE ½ (METADE) DO PRÉDIO URBANO, COM A ÁREA TOTAL DE 46,93 M2, SITO NO BECO DO TEATRO, N.º 10, NO LUGAR E FREGUESIA DE CASCAIS, PELO COMPROPRIETÁRIO HENRIQUE JORGE CALVO DA SILVA COUTINHO GARRIDO.

Aprovado por unanimidade.

11. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 17,55 M2, SITUADA NA ESTRADA JOSÉ JUSTINO ANJOS, TRAJOUCE, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA, DESTINADA A CONSTRUÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

12. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO, REMOÇÃO E DESTRUIÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA - PROC. N.º 475/HP/DCOP/2012 - ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA

Aprovado por unanimidade.

13. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE SUCATA FERROSA E NÃO FERROSA - PROC. N.º 478/HP/DCOP/2012 - ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

Aprovado por unanimidade.

ASSUNTOS JURÍDICOS:

14. PROCESSO DISCIPLINAR EM NOME DA FUNCIONÁRIA ANA CRISTINA BOTELHO MONIZ FEU - RELATÓRIO FINAL.

Efetuada escrutínio secreto apurou-se a seguinte votação: 8 votos a favor e 2 abstenções, pelo que a proposta foi aprovada.

15. PROCESSO DISCIPLINAR EM NOME DO FUNCIONÁRIO ERNESTO JOSÉ MELO DIAS. - RELATÓRIO FINAL.

Efetuada escrutínio secreto apurou-se a seguinte votação: 7 votos a favor e 3 abstenções, pelo que a proposta foi aprovada.

16. PROCESSO DE INQUÉRITO REFERENTE À MUDANÇA DA SENHA BIOS. ALTERAÇÃO DA SENHA DO ADMINISTRADOR LOCAL DA MÁQUINA ATRIBUÍDA AO UTILIZADOR CARLOS MANUEL RODRIGUES COELHO.

Aprovado por unanimidade.

ATIVIDADES ECONÓMICAS:

17. REFORMULAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE 18 LICENÇAS PARA INDÚSTRIA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGER EM VEICULOS AUTOMOVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE DE TÁXI.

Aprovado por unanimidade.

18. PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE GESTÃO DELEGADA DO MERCADO MUNICIPAL DE CASCAIS À "AGÊNCIA DNA CASCAIS - CASCAIS, UM CONCELHO EMPREENDEDOR".

Adiado.

OBRAS MUNICIPAIS, MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

19. GESTÃO DE PEDIDOS DE TRANSPORTE DA DMOM E DE GESTÃO OPERACIONAL DA FROTA.

Adiado.

CULTURA:

20. DOCUMENTOS PARA ABATE.

Aprovado por unanimidade.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL:

21. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO JERÓNIMO USERA, NOS ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PARA APOIO ÀS DIVERSAS RESPOSTAS SOCIAIS – 21.316,00 €.

Aprovado por unanimidade.

22. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CENTRO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE DEFICIENTES NOS ENCARGOS COM ELABORAÇÃO DE 2500 POSTAIS DE NATAL - 2.000.00€.

Aprovado por unanimidade.

23. APOIO FINANCEIRO A DIVERSAS ONL DO CONCELHO NO ÂMBITO DA PLATAFORMA SAD + (PROTOCOLO DE APOIO DOMICILIÁRIO) - €395.759,00.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DIVERSOS:

24. CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA, MUNÍCIPIO DE CSC E A EMAC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 152/2012.

Aprovado por unanimidade.

INFORMAÇÕES:

25. COMUNICADOS AOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

As 10 horas e 45 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião

Eu, [assinatura] a subscrevi.

O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

[assinatura]

Os Vereadores

ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES

[assinatura]

MIGUEL PINTO LUZ

[assinatura]

ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

[assinatura]

PEDRO ARANTES LOPES MENDONÇA

[assinatura]

ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA

[assinatura]

MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

[assinatura]

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

[assinatura]

NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

[assinatura]

FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA

FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA

[assinatura]

MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R.GAGO

[assinatura]